

DO IMPÉRIO MARÍTIMO AO PROVEITO DA TERRA, UMA CULTURA TERRITORIAL EM MUTAÇÃO (Capitania da Paraíba, 1574-1654)

Analisamos aqui a formação territorial inicial da Capitania da Paraíba, entre sua conquista pelos portugueses e a expulsão definitiva dos holandeses, período em que toda a região atualmente conhecida como Zona da Mata paraibana foi alvo de uma primeira ocupação colonial.

Introdução

A Capitania da Paraíba foi conquistada e criada entre as décadas de 1570 e 1580, no contexto da garantia de ocupação e da expansão da produção de Pernambuco e Itamaracá, suas vizinhas ao sul¹ (GONÇALVES, 2007). Na escala mais ampla do Império, significou o início da ocupação da costa ao norte de Pernambuco, à época despovoada e sob constante assédio dos franceses. Neste sentido, a Cidade da Paraíba² é o elo do sistema urbano existente com aquele que seria composto também por Natal (1599), São Luís (1614) e Belém (1616) (ver imagem 1). Reis (2000, p. 81) se refere ao processo como “urbanização sistemática na costa norte”, enquanto Alcântara e Duarte (2001, p. 296) o consideram uma “mesma campanha conduzida pela iniciativa das coroas ibéricas”.

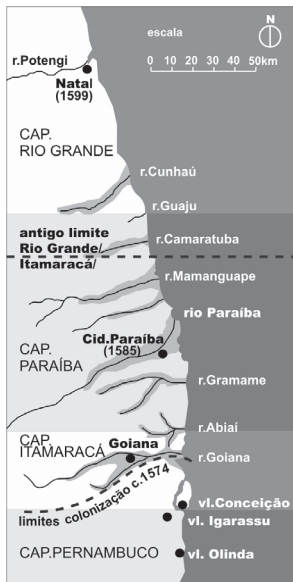


IMAGEM 1. Criação da Capitania da Paraíba.

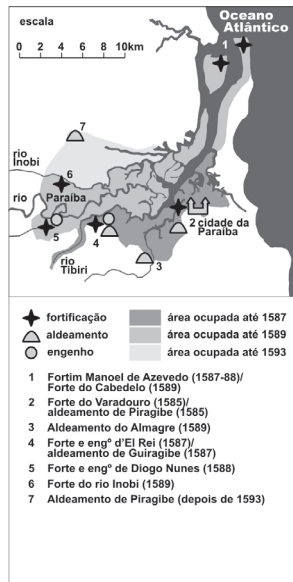


IMAGEM 2. Ocupação da Paraíba, 1585-1587



IMAGEM 3. Ocupação da Paraíba em 1634

Elaboração própria

Percebemos, nas cerca de oito décadas de que tratamos, uma forte polarização entre o rio Paraíba, onde se implantam a cidade, as fortificações e os engenhos, e o restante ocupado da Capitania, que permanece subsidiário a esta região. A partir daí, vemos o rio Paraíba como uma “ilha” em meio a um território descontínuo: um “nó de uma rede” muito mais ampla que a capitania. Propomos que isto se deve, ao menos em parte, ao fato de que, em sua conquista e construção, este território foi pensado de forma metonímica, tomando o todo a partir de uma pequena parte – o que representa continuidade com uma forma portuguesa de pensar o território que em muito lhe antecede, construída ao longo da expansão marítima pela África e Ásia. Esta cultura territorial herdada estava em transformação no período que abordamos, justamente a partir da experiência de casos como o da Paraíba.

Entendemos a formação territorial em seu caráter eminentemente empírico, como conceituada por Antonio Carlos Robert Moraes: materialização de determinadas relações sociais em uma paisagem e em um conjunto de circunscrições de poder. Assim,

Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço. Os usos do solo, os estabelecimentos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam também o resultado de lutas, hegemonias, violências, enfim, atos políticos. A produção do espaço sendo vista como processo teleológico, sustentado em projetos e guiado por concepções. Portanto, a construção dos territórios envolve representações, discursos, consciências (MORAES, 2000, p. 17).

Abordar um processo de condicionantes tão complexas, na fronteira minada entre diversos campos disciplinares, levou a decisões importantes. A primeira delas foi tratar a *idéia de território* e a *forma do território* o mais possível espacialmente – esta seria a melhor contribuição de um estudo na área da Arquitetura e Urbanismo. Conseqüentemente, se unificou o tratamento dos dados levantados – bibliografia, cartografia e relatos de época – com uma única metodologia: a síntese gráfica, como tratada por Costa (2005). Assim, foi possível abordar os processos de conquista, expansão e produção da maneira espacial pretendida, chegando a novos resultados a partir do cruzamento de informações já conhecidas, mas tratadas sob outras perspectivas.

Pensando a idéia de território português dos séculos XVI e XVII

Ao longo do século XV, o império português se foi instalando na costa africana e no Índico. Progressivamente, baseado no comércio e nas instalações litorâneas fortificadas, o mar foi sendo mais e mais o seu verdadeiro espaço. O império comercial português fincava raízes superficiais na terra; suas inúmeras possessões eram

entrepostos e feitorias, muitas vezes obtidas através de acordos com governantes locais, que não se aprofundavam no *hinterland*. O império foi montado e funcionava a partir de uma série de pontos descontínuos, fisicamente isolados, constituindo menos espaço e muito mais rede – entendida como sistema de comunicações, à qual interessa mais a circulação de bens do que sua produção (THOMAZ, 1994, p.208). Nestes pontos, havia investimento na fortificação e na urbanização, mas eles não deixavam de ser pontos de uma grande rede de rotas marítimas. Daí a sugestiva imagem de que, no século XV, o verdadeiro território do império português era o Oceano. Às cidades, na linha da costa, não caberia guardar exatamente a terra – mas o império *mar adentro*.

Neste contexto, o transporte marítimo-fluvial era primordial. O primeiro contato com os lugares acontecia através de navio; qualquer relação com os outros pontos da rede, com a metrópole e com os concorrentes na conquista, também. Assim, os portos tornaram-se elemento fundamental do *fazer território e pensar território*; pois eles eram, simultaneamente, a concretização física do espaço marítimo, e as pontes deste com o espaço terrestre. Tanto assim que é possível ler a rede de cidades e feitorias criada como uma rede de portos. É neste sentido que entendemos/elegemos o *porto* como categoria fundamental para explicar a expansão portuguesa, de forma geral, e a formação territorial da Paraíba, especificamente.

Evidentemente, as Ilhas Atlânticas e o Brasil pós-capitanias hereditárias eram um caso diferente. Aqui, as características da população local, diferentes daquelas da África e da Ásia, não somente limitavam a atuação puramente comercial à exploração do pau-brasil, mas abriam a brecha da ocupação efetiva do território. Assim, quando o modelo da feitoria se mostrou insuficiente para garantir o domínio do Brasil, houve esforços no sentido de implantar a ocupação agro-manufatureira do açúcar – produtiva, e não mais somente comercial. No caso da Paraíba, o projeto da ocupação produtiva da terra pode ser observado no *Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba* – principal fonte referente às guerras de conquista da Capitania da Paraíba, escrita por um jesuíta anônimo que acompanhou parte dessas expedições, e concluída em 1594 (LINS, 2006). O texto afirma que “o que pretendia, que era povoar; pois os fortes, e gentes, e tantos gastos só a esse fim tiravam” (SUMMARIO..., 1983, p. 59).

Vemos surgir, portanto, um segundo dado objetivo a condicionar a idéia-território – a produção rural –, traduzido num segundo elemento espacial fundamental – a terra própria para a produção açucareira, que na Paraíba era a *várzea*. Tal mudança no processo não significa, porém, que o oceano tenha perdido sua importância; em verdade, todas as afirmações feitas sobre o transporte marítimo continuam válidas para o Brasil ainda nascente³. Reis (2000, p. 124) já tinha atentado para o fato de

que, na urbanização brasileira, os “centros principais foram criados como fortalezas, controlando o acesso às maiores baías” e aos pontos mais importantes do litoral. Acrescentaríamos que estas baías e pontos correspondem fundamentalmente à melhor associação possível de bons portos com ricos *hinterlands* – ou seja, os *portos* e *várzeas*.

Esta série de observações quase tautológicas serve para pôr em relevo como, no caso da Paraíba, seriam dois elementos muito específicos do quadro natural que, junto com os processos sociais em curso, resultariam no primeiro ciclo de ocupação do território. Quando pensamos nos motivos das guerras de conquista desta região (garantia do território contra os franceses e expansão da atividade açucareira), estamos tratando, essencialmente, do controle de *portos* e *várzeas*⁴. É através destes elementos que pretendemos começar a desvendar como a ocupação da Paraíba é pensada; e é a partir da permanência da concepção do território como rede (de ilhas descontínuas) que pretendemos começar a entender porque a formação territorial inicial da Capitania resulta num espaço tão polarizado e desigual.

A visão metonímica na conquista da Paraíba

A primeira expedição de conquista da Paraíba, ainda em 1574, guarda um episódio bastante ilustrativo da idéia-Paraíba que guia o processo (e se vai fazendo junto com ele):

[sendo encarregado o] doutor Fernão da Silva [...] o qual, com todo o poder de gente de pé e cavalo e índios que de Pernambuco e Tamaracá pode levar, foi a ver o sítio e castigar os potiguares rebelados. Os quais, como o viram ir tão poderoso, não ousaram esperá-lo, nem ele os correu mais que até a boca do dito rio, onde tomou dele posse em nome de el-rei com muita solenidade de atos que mandou fazer muito bem notados e com este feito se tornou muito satisfeito a Pernambuco e daí [...] pera a Bahia. (SALVADOR, 1965, p. 219)

Embora mandado à Paraíba para fazer povoação e “castigar os potiguares rebelados”, diante da fuga destes, e tendo chegado à foz do rio, o ouvidor apenas toma posse dela, com “solenidade de atos”, e dá por concluída sua tarefa, indo embora “satisfeito”. Para Fernão da Silva, a posse ritual da barra do rio corresponde à posse do rio como um todo, e mesmo de toda a região. Diante disto, fundar povoação e mesmo derrotar definitivamente os inimigos locais se mostrou supérfluo. Mas, evidentemente, de nada adiantaram, na prática, as ações de Fernão da Silva.

“Pensar a região exclusivamente por seu rio” e o “pensar o rio por sua foz” nos dão a entender que, mesmo com um inimigo feroz em terra, este enviado do rei pensa a Paraíba como um homem do mar – e organiza seu pensamento de forma

metonímica, tomando as partes pelo todo. Isto revela a importância das imagens mentais advindas da expansão marítima, que vimos referindo – o que é mesmo esperado, visto serem os mesmos homens que, por todo o império, da América à Ásia, o estavam garantindo através do controle do mar. Não por acaso, da América à Ásia seria recorrente construir um raciocínio territorial metonímico através da referência às povoações, rios e portos principais como “chaves” de suas respectivas regiões⁵. Por outro lado, o episódio de Fernão da Silva revela uma assimilação incompleta da necessidade existente, nas terras brasileiras, de um maior enraizamento em terra como forma de garantir uma ocupação agrícola que se faria, necessariamente, território adentro.

Visão parecida é a do próprio autor do *Sumário das Armadas*, que inicia seu texto com uma descrição geográfica. Mas não é exatamente a *capitania* o objeto primeiro da descrição. Ele começa por localizar o rio Paraíba, através da latitude de sua foz, para imediatamente acrescentar que ele “é muito maior porto, e capaz de maiores embarcações que o de *Pernambuco* e *Tamaracá*”, e, logo depois, que sua várzea pode comportar “mais de 40 engenhos de açúcar, por toda a terra ser singular para a cana”. Refere, então, rapidamente, “as outras várzeas que há entre Pernambuco e Paraíba”, que “não prometem menos proveito, antes muito grande”, o sertão, que é “muito estéril e de pouco mato”, os nativos, com seus costumes e singularidades, “outro rio”, o Mamanguape, também de “muitas e boas várzeas”. Só então surge pela primeira vez a expressão “capitania de Paraíba”, a partir da qual se inicia a narração dos fatos que antecederam a conquista (SUMMARIO..., 1983, p. 24-28) (ver imagem 1).

O autor localiza o rio Paraíba apenas por sua foz, reduzindo-o a um ponto na linha de costa, e novamente o porto é dado fundamental. Dessa vez, porém, as várzeas como potencial açucareiro também aparecem em destaque. Neste sentido, não é casual a centralidade que o rio Paraíba adquire na descrição: ele é a associação do melhor porto com a melhor várzea – o que lhe garantiria, ao longo dos séculos, centralidade em toda a Capitania. Por outro lado, o rio Mamanguape, com a segunda maior várzea, e porto de maior capacidade, mas menos defensável (por estar na Baía da Traição, fora de seu curso) é o segundo ponto de interesse.

Neste fragmento, a Capitania é um todo que se constitui *a posteriori*, da soma de partes. O rio Paraíba é a parcela fundamental, e as outras várzeas, com destaque para a do Mamanguape, a parcela secundária, ficando o sertão como um horizonte distante e sem proveito⁶. Assim, ao mesmo tempo em que permanece um entendimento metonímico do território, agora a terra firme, agrícola, adquire papel importante, ao lado do transporte marítimo.

A diferenciação de domínios naturais apontada no *Sumário* permanece observável hoje. Na faixa litorânea entre o sul do Rio Grande do Norte e o norte de Pernambuco sucedem-se várzeas⁷ alongadas, conformadas pelos rios da região, propícias à plantação de cana-de-açúcar, intercaladas com tabuleiros⁸, que, nas condições tecnológicas do período colonial, não se prestavam a esta cultura, mas à da mandioca, sim (ver imagem 1). Mais para o interior, vêm o agreste e sertão, que naquele primeiro momento pareceram inaproveitáveis.

A seqüência das expedições/guerras de conquista, já na década de 1580, iria mostrar uma sutil mudança nesta forma de pensar, passando para uma percepção mais complexa do território, mas sem mudar sua essência. Mapeando as expedições, vemos que, mais uma vez, o estuário do rio Paraíba é seu objetivo primeiro, sua sede escolhida: embora os combates também aconteçam em outros pontos da costa, é para lá que se destinam os contingentes, é lá que se estabelecem os únicos pontos fixos desta primeira fase: a fortificação na margem esquerda, na altura da Ilha da Restinga, o acampamento no Campo das Ostras e, posteriormente, a fortificação e a Cidade, junto ao Sanhauá, afluente da margem direita. A imagem 4 corresponde à espacialização das batalhas e dos pontos de fixação inicial dos conquistadores, considerando a síntese das 5 primeiras expedições de conquista que efetivamente chegaram à Paraíba, entre 1574 e 1585.

Uma vez tomado o centro de gravidade que é o Paraíba, se organizam os ataques às aldeias potiguares de outros pontos do litoral, bem como às embarcações francesas porventura existentes. Na sexta e sétima expedições que efetivamente chegaram à Capitania, já havia acordo com uma outra etnia presente no local (os tabajaras), o que permitiu o início da cidade, junto ao forte do Varadouro. Só então é que se iniciaram as campanhas um pouco mais afastadas do litoral, na Serra da Copaoba, importante reduto dos potiguares, enquanto continuam as campanhas contra as aldeias da Costa e as batalhas navais (ver imagem 5). Este período entre 1585 e 1587 é de efetivação da conquista. A partir do *Sumário das Armadas*, se observa que esta efetivação só ocorre a partir da insistência do ouvidor Martim Leitão no combate às tribos da Serra da Copaoba. Aqui percebemos que, embora o ponto focal permaneça no rio Paraíba, surge a percepção de que esta região só será garantida a partir do controle do território; um controle puramente militar, sem enraizamento de qualquer espécie, mas que considera o rio também em relação à terra, e não somente em relação ao mar, como nas primeiras campanhas.

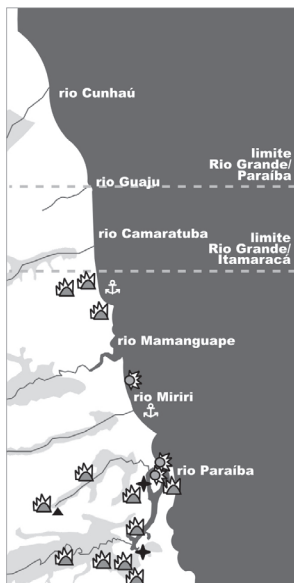


IMAGEM 4. Batalhas na Paraíba, 1574-1585

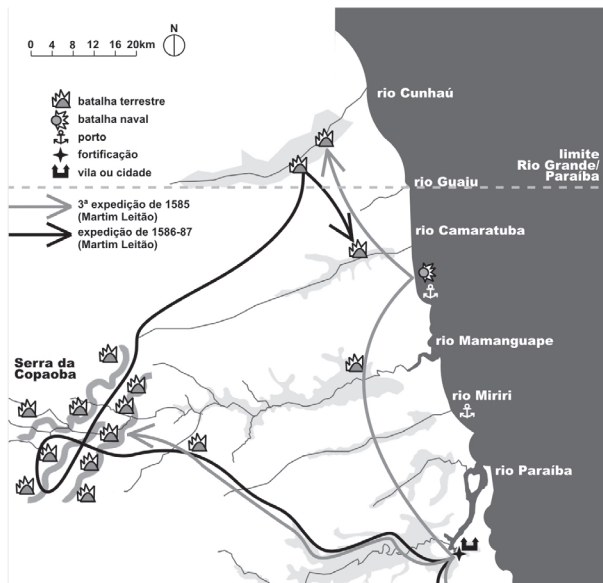


IMAGEM 5. Expedições e batalhas de conquista da Paraíba, 1585-1587 (SUMMARIO, 1985).

Elaboração própria

O caso do rio Mamanguape e de seu porto é especialmente ilustrativo da idéia do controle do território como um todo a partir de um ponto único. Entre 1584 e 1587, é preciso combater os potiguaras e as naus francesas repetidas vezes na Baía da Traição (SUMMARIO..., 1983, p. 46-97). Em 1625, novamente potiguaras e franceses estão lá, resultando em combates violentos (PINTO, 1977, p. 38-39). Mesmo assim, não se fez povoação ou forte na Baía da Traição ou no Mamanguape; eles eram pontos suficientemente próximos serem controlados a partir do rio Paraíba, protegidos à distância, com o envio de combatentes sempre que necessário. Tal situação explicita o conceito do rio Paraíba como “chave” da capitania; como sede de uma ocupação específica, concentrada, mas que controla uma área maior.

Observamos, portanto, no processo de conquista da Capitania da Paraíba, o caminhar da dominação simbólica de um ponto-chave como dominação de toda uma capitania para o entendimento de que a garantia deste ponto-chave passa pelo controle de um território mais amplo – e pode mesmo ser a base deste controle. Ou, em outras palavras, a passagem fundamental da imagem da *ilha* para a imagem do *pólo*.

A expansão a partir do pólo: sesmarias, fortes, aldeamentos e engenhos

A ocupação da Capitania da Paraíba passa por dois mecanismos básicos: a guerra contra os índios, implicando na tomada de suas terras e na sua dizimação ou redução aos aldeamentos, e a distribuição da terra tomada em sesmarias, como

mercê pela participação na guerra. A grande maioria dos textos de sesmaria deste período inicial se perdeu, de forma que só se conhecem vinte e quatro deles entre 1586 e 1624 (dezoito rurais e seis urbanos), sistematizados e analisados por Gonçalves (2007, p.169-181)⁹. Foi possível localizar em mapa 16 das 18 sesmarias rurais do período, com razoável precisão (ver imagem 3). Contudo, seus limites, na maioria dos casos, são apenas ilustrativos da área aproximada concedida.

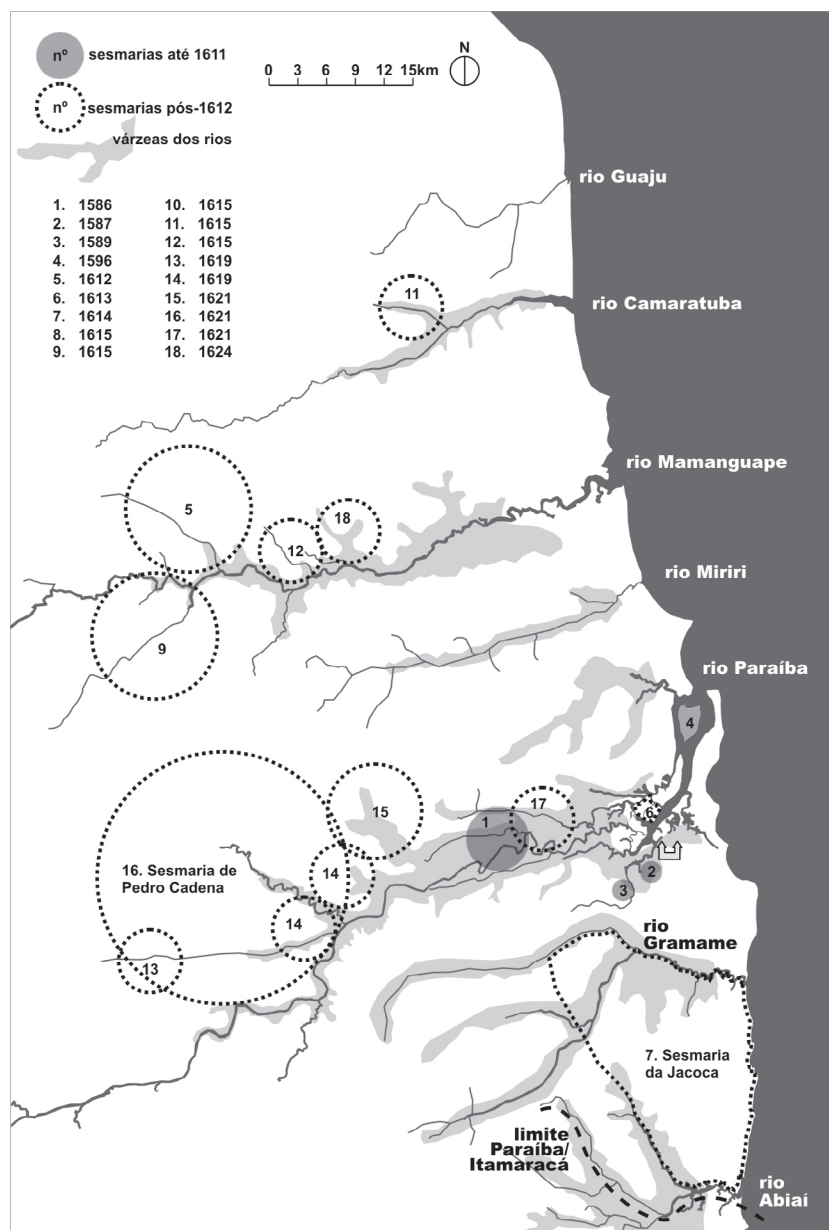
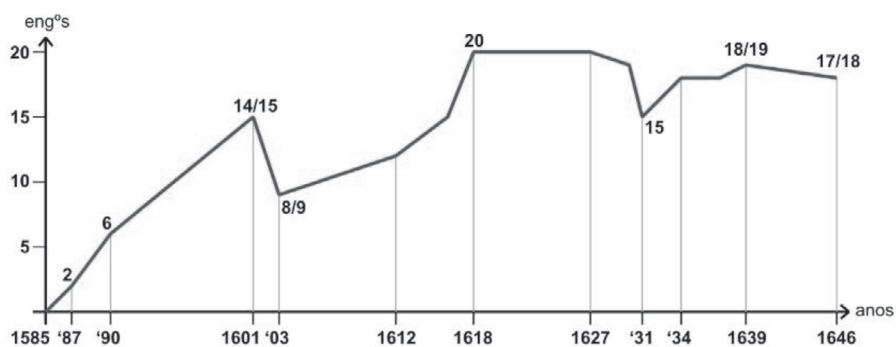


IMAGEM 6. Sesmarias identificadas na Capitania da Paraíba, 1586-1624 (GONÇALVES, 2007).

Elaboração própria

Nos primeiros anos, as sesmarias identificadas se concentram na cidade e na várzea do rio Paraíba – onde desde 1587 estavam sendo implantados os primeiros engenhos. A partir de 1612, os pedidos se expandem geograficamente para as bacias de todos os principais rios da Zona da Mata, alcançando, ainda nesta década, os limites da região litorânea úmida (ver imagem 6). É aproximadamente nesta época que o número de engenhos na Capitania chega ao patamar das duas dezenas, em que se estabiliza, como pode ser observado, no Quadro 1.



Quadro 1–Variação do número de engenhos instalados na Capitania da Paraíba durante as primeiras décadas da colonização.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados sistematizados por Gonçalves (2007, p. 188).

Nos requerimentos de sesmaria remanescentes, o principal meio de localização das terras pelos postulantes é através dos grandes rios e seus afluentes – se evidencia que esses rios são os eixos a partir dos quais se pensa o território. Também a serra da Copaoba é mencionada duas vezes. É mesmo lógico que isto ocorra, pois neste momento da colonização, o quadro natural é a melhor referência possível – como será visto, a não ser na várzea do rio Paraíba propriamente dita, todo o restante da ocupação é rarefeito e precário.

Por outro lado, na maioria das sesmarias rurais, a concretude das referências à hidrografia é a aliada à abstração da utilização das léguas em quadra como medida (uma, uma e meia, duas ou quatro), mesmo com a dificuldade de sua medição *in loco*. As léguas em quadra parecem funcionar mais como aproximação das dimensões pretendidas do que delimitações exatas.

Evidentemente, a atividade açucareira é o grande motor deste processo, mas isto não significa que todas as sesmarias requeridas sejam para canaviais e engenhos. Água e lenhas, fundamentais para a produção, são a justificativa de parte dos requerimentos. Por outro lado, as várzeas do Camaratuba e do Mamanguape, apesar de quase tão propícias à atividade açucareira quanto a do rio Paraíba, são ocupadas pela criação de gado e por lavouras de mantimentos, como se depreende do mesmo conjunto de documentos (GONÇALVES, 2007, p. 178-179). Assim, a atividade

açucareira permanece concentrada na várzea do rio Paraíba durante todo o século XVII. A não-ocupação do restante da Zona da Mata pelo açúcar é um aspecto fundamental da formação territorial desta região e será retomada.

Nos primeiros anos, a ocupação do território distribuído em sesmarias acontece pelos engenhos. Neste momento de um domínio ainda muito incipiente, eles vêm associados a fortificações e aldeamentos indígenas (ver imagem 2). Enquanto o papel militar das fortificações é mesmo óbvio, o caso dos aldeamentos é um pouco mais complexo: não somente se trata de um outro elemento de defesa (os índios já “pacificados” contra os “selvagens”), mas também fonte de mão-de-obra para o trabalho rural.

Em verdade, o acesso à mão-de-obra indígena é tão importante neste período que gera conflitos entre os colonizadores: os moradores e o governador da capitania tentam utilizar os índios aldeados como mão-de-obra para o trabalho nos engenhos e nas obras civis, ou como infantaria para o prosseguimento das guerras de conquista, mas os missionários os tentam manter, ao menos em parte, fora deste sistema¹⁰. O episódio mais esclarecedor da situação acontece em 1593, quando o governador Feliciano Coelho de Carvalho decide transferir o aldeamento jesuíta de Piragibe, de onde ele se encontrava, nas cercanias da cidade, para o outro lado do rio Paraíba, de forma a proteger um novo engenho em implantação (ver imagem 2). A resistência dos jesuítas à transferência termina por levar à sua expulsão da Capitania, no mesmo ano (LEITE, 2004, p. 180-181).

A transferência dos aldeamentos para pontos cada vez mais distantes da cidade mostra uma fronteira móvel, que cumpria proteger, gradativamente expandida a partir do núcleo. À medida que o perigo potiguara vai sendo gradativamente afastado, através de sucessivas expedições de guerra, os aldeamentos vão sendo deslocados para cada vez mais longe, de forma a permanecer “nas fronteiras” (expressão muito comum na documentação da época).

Observa-se, portanto, na expansão inicial da ocupação da Capitania da Paraíba, a centralidade física do estuário do rio Paraíba, que é o pólo a partir do qual se irradia a ocupação – em sesmarias, engenhos, aldeamentos e, inicialmente, também fortificações.

A ocupação efetiva do litoral e a permanência da polarização

Em 1634, os holandeses ocupam a capitania da Paraíba, o que ocasiona a desativação de alguns engenhos e a fuga de parte de seus senhores. A política da Companhia das Índias Ocidentais tenta fazê-los funcionar de novo, com novos donos, de forma que logo o número de engenhos ativos se equipara ao anterior à invasão

(ver quadro 1). É este quadro de relativa estabilidade o retratado por Georg Marcgraf em seu mapa *Praefecturae de Paraíba, et Rio Grande*, de 1643, com dados de 1641. Este mapa é uma fonte preciosa, dada sua grande precisão cartográfica (CARVALHO, 2006), e pelo fato de poder ser cotejado com um relatório minucioso e quase contemporâneo – o de Elias Herckmans (1985). A partir da comparação, podemos ter uma visão clara de como se distribuíam espacialmente a produção e a ocupação da Capitania da Paraíba, após meio século de colonização.

A primeira observação que se pode fazer, ao cotejar o mapa com o relatório, é confirmar a ocupação ao longo dos baixos cursos dos principais rios – e sua limitação a estas regiões. Como neste caso os documentos mostram ocupação efetiva (e não intenção de ocupação, como poderia acontecer nas sesmarias), podemos afirmar o fato com mais precisão, e inclusive concluir que a ocupação mais interiorizada do Gurinhém, Pacatuba e Curimataú ainda não se concretizara, mesmo tendo sido solicitada em sesmarias cerca de vinte anos antes. Analogamente, os espaços entre os rios (*tabuleiros*), também já doados em sesmarias, permanecem sem pontos de ocupação permanente, como engenhos ou currais.

Uma vez colocadas em mapa, ficam evidentes a densidade da ocupação do rio Paraíba pelos engenhos e a direta vinculação destes à cidade e ao sistema de defesa. Quanto à produção de alimentos, Herckmans (1985, p. 93) reconhece que “a essas coisas miúdas não se presta muita atenção, tendo cada um os olhos fitos no açúcar, que é o que dá o máximo proveito”. Apesar desta afirmação, ele próprio descreve (em acordo com o mapa de Marcgraf) a ocupação de todos os outros rios por quantidades significativas de currais, lavouras e serrarias, e apenas raros e esparsos engenhos, todos desativados (ver imagem 7).

O que se percebe é uma ocupação restrita à Zona da Mata, sob quatro formas: em povoados dispersos junto à praia, populações de pescadores; no Rio Paraíba, o conjunto fortificações-cidade-engenhos; nos outros rios, lavouras, criações de gado e serrarias; e dispersos, os aldeamentos – embora próximos aos rios, não dependem tanto de suas várzeas, e se ligam tanto à produção para auto-consumo como para as propriedades dos brancos.

A análise dos relatórios holandeses na década de 1630 permite aprofundar a situação. Servaes Carpentier, em 1635, depois de referir os limites da Capitania, afirma que ela é “regada por dois belos rios, a saber: O Paraíba e o Mamanguape, além de muitos outros menores”. Relata que os moradores “acham-se dispersos aqui e acolá, de modo que não há aldeias, a não ser que se dê tal nome a um engenho” e que “Somente no rio da Paraíba, [...] há uma pequena cidade” (CARPENTIER, 1985, p. 42) e mais dezoito engenhos. Repete ainda a classificação

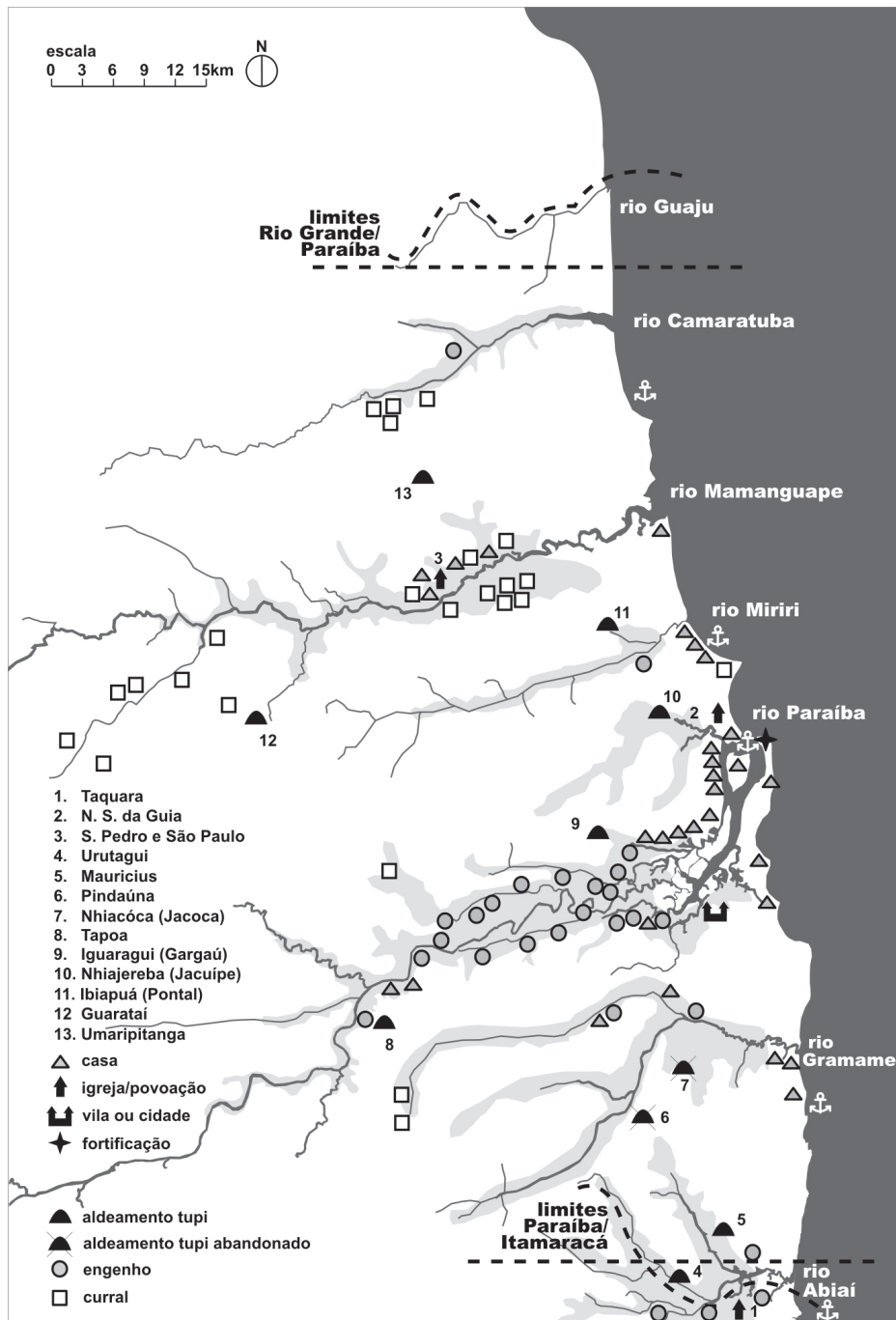


IMAGEM 7. Ocupação da Capitania da Paraíba em 1641 (MARGRAF, 1643 in BLAEU, 2006)

Elaboração própria

do território em várzeas úmidas para canas, terras altas próximas à costa, férteis para mantimentos, e as restantes, estéreis.

Já Elias Herckmans, em 1639, faz uma descrição mais pormenorizada do território, tratando dos nativos, dos frutos da vegetação nativa e dos elementos de ocupação colonial, apontando aldeamentos indígenas, engenhos, currais, serrarias e lavouras. Todo o discurso territorial tem uma estrutura evidente: ele descreve primeiro o estuário e a várzea do rio Paraíba, com sua cidade e seus engenhos inseridos no discurso; depois, os outros rios da capitania, em direção ao sul; depois, toda a costa, como vista das embarcações, do sul para o norte; e, finalmente, os rios ao norte do Paraíba (HERCKMANS, 1985, p. 60-90).

Em ambos os relatórios, vemos que a capitania continua sendo vista como um conjunto de várzeas lineares às quais se opõem as terras viáveis para mantimentos e o sertão. A centralidade inegável permanece com o Rio Paraíba, secundado pelo Mamanguape. Em verdade, estas descrições se aproximam bastante da percepção já existente no Sumário das Armadas, cerca de quatro décadas anteriores, o que demonstra a permanência na forma de se pensar a capitania, imediatamente antes e depois de sua primeira ocupação colonial.

Em síntese, o que está aqui é um território-polarização, com uma desigualdade fundamental: de um lado, a cidade, com sua estrutura de poder, ligada ao porto principal e a uma zona produtiva que se insere no mercado internacional; de outro, o restante do território, que permanece com uma produção subsidiária, vinculada à sua subsistência e manutenção.

A cidade da Paraíba é pensada, por um longo tempo, como o único núcleo-sede de toda a ocupação desta que passa a ser a Capitania da Paraíba; por cerca de um século e meio a partir da conquista, nenhum outro núcleo é fundado, e nem mesmo elevado a vila, dentro de seus limites¹¹. A persistência da resistência dos índios potiguara justificará apenas as expedições de conquista da Capitania do Rio Grande, vizinha, com a fundação de Natal e do forte dos Reis Magos, em 1599 – caso em tudo análogo ao que tinha acontecido na própria Nossa Senhora das Neves (ALCÂNTARA; DUARTE, 2001, p. 289).

Apresenta-se, então, uma realidade de difícil interpretação. As várzeas associadas aos outros rios do litoral, que não o Paraíba, também eram propícias à plantação do açúcar. Uma vez considerados fatores como solos, pluviosidade e vegetação original, percebe-se que a diferença entre elas está mais em sua extensão do que em sua potencialidade agrícola (PARAÍBA. Secretaria de Educação, 1985). Tanto é que, nos séculos seguintes, todas estas regiões seriam ocupadas por engenhos, como é possível acompanhar pela documentação posterior¹². Como se explica,

então, a diferença tão grande na ocupação entre o rio Paraíba e as outras várzeas do Estado, numa área de expansão da atividade açucareira, e numa conjuntura favorável do mercado? Considerando a distribuição das aldeias e das sesmarias, referida anteriormente, e o massacre final dos índios na Baía da Traição, em 1625 (GONÇALVES, 2007, p. 83-85), não se pode argumentar que a não-ocupação destas terras se devia, neste momento, à ameaça indígena – que já estava neutralizada na Zona da Mata. Discutiremos esta questão na conclusão.

Um cambiante sistema de fortificações a sublinhar a formação territorial

A centralidade do estuário do rio Paraíba, mutável, mas persistente, que vimos acompanhando também pode ser observada nos sistemas de fortificações implantados na Capitania. Existem dois momentos de maior intensidade na atividade de fortificação: nos primeiros anos da colonização (até o fim da década de 1580), quando se articula um primeiro sistema de defesa, e quando da ameaça de invasão holandesa (na década de 1630), que ocasiona a rearticulação do sistema (ver imagens 2 e 3). A observação dos dois momentos mostra situações bem diferentes: inicialmente, tendo de se defender dos índios e dos inimigos externos, as fortificações estão a oriente e ocidente da cidade, garantindo a fronteira sempre em expansão da área dominada. No segundo momento, quando os indígenas não são mais ameaça próxima, as defesas se voltam para o lado do mar.

A indissociabilidade de cidade e sistema de fortificações na cultura territorial portuguesa já foi apontada por Araujo (1998, p. 25). No caso da Paraíba, o esforço e a preocupação empreendidos na criação de fortificações que garantissem a posse da região ainda em processo de conquista também já foram abordados (MOURA FILHA, 2005, p. 134-143). Evidentemente, é mesmo a defesa da cidade que está em causa quando da implantação dos sistemas de defesa mostrados; mas mais que a cidade, é preciso defender todo o conjunto associado ao rio Paraíba: porto, cidade e várzea. Trata-se, portanto, da fortificação de uma porção do território, e não somente de um ponto. Mas mesmo no segundo momento ilustrado, em que toda a Zona da Mata da Capitania já tem algum tipo de ocupação colonizadora, a porção do território a ser fortificada compreende apenas o rio Paraíba, enquanto o restante da Capitania não é sequer mencionado.

Também através da análise das mudanças no sistema de fortificações, o que percebemos é que mesmo já implantada a Capitania, e mesmo já ocupada toda a sua porção oriental, não se estabelece um espaço contínuo, de interesse homogêneo, mas sim fortemente hierarquizado entre uma área primordial e outra, periférica.

Mesmo quando já se efetivou o domínio físico do território, a forma de *pensá-lo*, de *planejá-lo*, evidencia que ele permanece organizado à volta de um *pólo*.

Discussão e conclusão: a longa duração (e a longa transformação) de uma cultura territorial

Este primeiro território que se organiza é, sem dúvida, mais que uma Capitania da Paraíba, uma Capitania do rio Paraíba. Mesmo com as sesmarias e a produção se estruturando a partir das várzeas, não se implanta uma povoação correspondente a cada uma delas. A estrutura que se monta não é pensada para ser homogênea, mas apenas para ser eficiente no controle do território – e eficiente ela realmente é. Se a Coroa autorizava ao donatário a criação de quantas vilas quisesse, ao longo do mar e dos rios navegáveis, (MOURA FILHA, 2005, p. 22-23; REIS, 2000, p. 63) nesta sua própria Capitania, a mesma Coroa é muito restrita na criação de povoações. Ela está bastante presente no início do processo, combatendo os índios e franceses, construindo os primeiros fortes e fundando a cidade. Depois disso, já na década de 1590, resume sua atuação territorial à administração do que está posto, como se tivesse cumprido tudo o que se propunha a fazer neste contexto – e assim permanecerá por todo o século XVII. Mas será que só por falta de outras povoações houve uma disparidade tão grande na ocupação do *hinterland*? Embora não possamos responder a esta questão, cabe levantar uma hipótese.

Nos momentos iniciais da colonização, e mesmo até a vitória completa contra os potiguara, em 1625, seria efetivamente problemático construir engenhos fora da várzea do Paraíba e, portanto, longe do apoio da cidade. Não à-toa, o regimento trazido por Tomé de Souza ordenava que os engenhos permanecessem, na medida do possível, próximos às povoações (MOURA FILHA, 2005, p. 28). Quer-nos parecer que o atraso na implantação dos engenhos nas outras várzeas levou à sua estruturação produtiva em função complementar à do rio Paraíba, e que não houve fôlego para suplantá-la no curto período entre 1625 e a invasão holandesa, ou durante esta, ou na crise que se seguiu, retardando por mais de um século a ocupação açucareira das outras várzeas.

Na Capitania da Paraíba dos séculos XVI e XVII, a única rede urbana de que se pode falar existe na escala do conjunto Olinda-Goiana-Filipéia-Natal e, numa escala ainda maior, englobando Belém, São Luís e Salvador. Trata-se de um território de descontinuidades de grandes vazios; um território polarizado, a meio caminho entre a *rede* do século XV e o *mosaico* do século XVIII. O que nos traz de volta à cultura territorial marítima-comercial do Império do Oriente, atravessando, neste momento, uma longa – no sentido de Braudel – transformação.

Juliano Loureiro de Carvalho, formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (2005). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2008). Docente do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê). Tem experiência na área de História da Arquitetura e do Urbanismo, com ênfase em Patrimônio Cultural Edificado, História da cidade e do Território e Arquitetura Rural. Este texto se vincula à dissertação Formação Territorial da Zona da Mata da Capitania da Paraíba, 1745-1806, elaborada no PPGAU/UFBA, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Filgueiras Gomes, financiada por bolsa da CAPES.

Notas

- ¹ A data da criação da Paraíba é desconhecida e polêmica. Sabe-se que surgiu como capitania da Coroa, com território em grande parte desmembrado da Capitania de Itamaracá, em virtude do semi-abandono em que se encontrava esta última e do investimento real em suas guerras de conquista.
- ² Chamaremos de Cidade da Paraíba o primeiro núcleo de povoamento da Capitania, por questão de clareza. Na verdade, o lugar teve diversos nomes, desde o inicial “N. S. das Neves”, passando pela “Cidade da Paraíba do Norte”, que se firma no século XVIII, ao “João Pessoa” que vem de 1930. Sobre o tema, ver: Lins (2003).
- ³ Um imenso sertão indevassado (e indevassável, àquela época) se interpunha entre os portugueses e seus possíveis concorrentes por terra – os espanhóis.
- ⁴ O terceiro motivo da conquista da Paraíba, a proteção das capitanias ao sul contra os índios, mesmo sendo a causa imediata da colonização, teria menor influência sobre a forma construída do território.
- ⁵ Na documentação paraibana, só identificamos a expressão num momento posterior (1697), quando a fortaleza de Cabedelo é referida como “chave de toda essa capitania” (PINTO, 1977, p. 90).
- ⁶ Dentro do universo mental colonial, *sertão* é tudo aquilo que está para além dos domínios conhecidos, e assim aparece aqui.
- ⁷ Fundos de vale planos, alagáveis e relativamente largos.
- ⁸ Terras mais altas, também planas, e menos úmidas.
- ⁹ É possível ter idéia da quantidade de documentos perdidos pensando que embora um dos maiores proprietários deste período, Duarte Gomes da Silveira, tenha chegado a receber seis datas de terra para si próprio, antes de 1624 (PINTO, 1977, p. 57), se conhece o texto de apenas uma (TAVARES, 1982/1989).
- ¹⁰ Os jesuítas já missionavam na Paraíba em 1585 (LEITE, 2004, p. 180). Os franciscanos iniciaram suas missões em 1589 (WILLEKE, 1974, p. 33-34). Carmelitas e beneditinos chegaram, respectivamente, em 1591 e 1599, mas não foi possível precisar o início de sua atividade missionária (MACHADO, 1977, p. 126-127).
- ¹¹ Apesar de as fontes não serem definitivas nem coerentes, aparentemente logo surge uma povoação de brancos em Mamanguape, que seria elevada a freguesia em 1630 (ANDRADE; VASCONCELOS, 2005, p. 30-34, FREGUESIAS, [s.d.]).
- ¹² Por exemplo, Pernambuco. Governador (1774-1787: Meneses). **Idéia da População da capitania de Pernambuco e das suas anexas...** [1787]. Ver: Joffily, (1977, p. 236-255).

Referências

ALCÂNTARA, Dora; DUARTE, Cristóvão. O estabelecimento da rede de cidades no Norte do Brasil durante o período filipino. In: ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder; ROSSA, Walter (Org.). **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 283-298.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966. 2t.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão; VASCONCELOS, Severina Maria Oliveira de. **Mamanguape 150 anos: uma cidade histórica 1855-2005**. João Pessoa: Prefeitura Municipal de Mamanguape/Unigraf, 2005.

ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.

BRASIL. Ministério do Exército. Serviço Geográfico. **Região nordeste do Brasil**. Brasília: Ministério do Exército, 1986. 11 mapas, color. Escala 1:100.000. Cartas João Pessoa, Cabedelo, Guarabira,

Sapé, São José do Mipibu, Solânea, Itamaracá, São José do Campestre, Surubim e Campina Grande, a partir de levantamento da SUDENE, de 1970/1971.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes. **Mapa Rodoviário – Paraíba**. Brasília, 2002a. 1 mapa, color. Escala 1:500.000.

_____. **Mapa Rodoviário – Pernambuco**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2002b. 1 mapa, color. Escala 1:500.000.

_____. **Mapa Rodoviário – Rio Grande do Norte**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2002c. 1 mapa, color. Escala 1:500.000.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: _____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 41-78.

BRIENEN, Rebecca Parker. **Art and Natural History at a colonial court**: Albert Eckhout and Georg Marcgraf in seventeenth-century Dutch Brazil. Evanston, Illinois, 2002. Tese (Doutorado em História da Arte) – Northwestern University.

CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania, 1635. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**: a administração da conquista. Recife: MinC, 1985. v. 2. p. 41-58.

CARVALHO, J. L. O universo açucareiro do rio Paraíba na cartografia de Georg Marcgraf. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 12., Cajazeiras. **Anais...** Cajazeiras: UFCG/ANPUH-PB, 2006.

COSTA, Francisco de Assis da. Síntese gráfica : Funes, *el memorioso*, e o Colégio de Cartógrafos do Império. **Drops**, n.10, mar. 2005. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/drops/drops10_06.asp. Acesso em: 27 mar. 2007.

FREGUESIAS do Nordeste, [s.d.]. Documento transcrito a partir de um original manuscrito da “Biblioteca do Convento de Olinda”. Acervo da Cúria Metropolitana de João Pessoa.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007.

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da capitania da Paraíba, 1639. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil Holandês**: a administração da conquista. Recife: MinC, 1985. v. 2, p.59-112.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d’Ávila. **Uma apreciação crítica do período colonial na História da Paraíba Lutas e Resistência**. João Pessoa: Filipéia, 2006.

_____. **Revisão e retificação dos sucessivos nomes oficiais da Capital da Paraíba ao longo do tempo**. 5. ed. João Pessoa: [s.n.], 2003.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da província da Parahyba**. João Pessoa: Universitária, 1977. 2 v.

MARCGRAF, Georg. Praefecturae de Paraiba et Rio Grande [1643]. 1 gravura: color; 41,5cm x 53cm, 1643. In: BLAEU, Joan. **Atlas Maior of 1665**. Hispania Portugallia Africa & América. Colônia: Taschen, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipéia à Paraíba**: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI-XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

PARAÍBA. Secretaria de Educação. Universidade Federal da Paraíba. **Atlas geográfico do estado da Paraíba**. João Pessoa: Grafset, 1985.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1977. v.1.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500 / 1720)**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil 1500-1627**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. 5. ed. Campina Grande: FURNe/ UFPB, 1983.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982/1989. 2v.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

WILLEKE, Frei Venâncio. **Missões franciscanas no Brasil (1500/1975)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.